

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**INSTITUTO EUVALDO LODI - NÚCLEO REGIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**XV PROCESSO SELETIVO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE  
DIREITO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

## **CADERNO DE QUESTÕES**

**NOME:**

**PREZADO(A) CANDIDATO(A), LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:**

1. Este caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma valendo 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, totalizando 10 (dez) pontos.
2. A sua Nota Final será o somatório dos pontos atribuídos às questões respondidas corretamente, totalizando o valor máximo de 10 (dez) pontos.
3. Verifique este Caderno de Questões. Se estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
4. Cada questão apresenta cinco opções de resposta (A, B, C, D e E), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
5. Você receberá junto com este caderno de questões, a Folha de Respostas. Verifique se os dados impressos na Folha de Respostas estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
6. Após o recebimento da Folha de Respostas, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Preencha seu nome no local indicado de forma **LEGÍVEL**, com caneta esferográfica azul ou preta. Após responder as questões neste caderno, você deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a Folha de Respostas, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões respondidas na Folha de Respostas, com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preenche-la, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. Você dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas após seu término não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, 30 minutos após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá o Caderno de Questões e a Folha de Respostas na sua carteira. Não será permitido ao candidato retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Questões.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s, calculadoras e *smart watches*.

### AS QUESTÕES DE 01 A 04 REFEREM-SE A LINGUA PORTUGUESA

01. Selecione a oração em que o acento grave é obrigatório e foi empregado corretamente:

- a) Joaquim, homem da roça, nunca conseguiu andar à cavalo.
- b) Ontem eu fui até à escola do meu filho.
- c) Não me mande recados, preciso falar com você frente à frente.
- d) Depois de muitos anos, Jacó volta à casa paterna.
- e) Os alunos ainda não podem sair, pois eles ainda têm algumas tarefas à concluir.

02. Qual das opções abaixo NÃO contém apenas palavras grafadas conforme a nova ortografia?

- a) Ideia, linguíça, inter-relação e subumano.
- b) Feiura, paraquedas, sub-região e sobrehumano.
- c) Pôde, geleia, anti-inflamatório e infraestrutura.
- d) Pera, pan-americano, superinteressante e antirrábico.
- e) Enjoo, minissaia, paraquedas e micro-ônibus.

03. Qual o nome dado à figura de linguagem em que um termo é empregado com o significado de outro por haver entre ambos alguma semelhança e não é usado nenhum conectivo de comparação (como, que nem, tal, etc.)?

- a) Metonímia.
- b) Antítese.
- c) Paradoxo.
- d) Metáfora.
- e) Pleonasma.

04. Em língua portuguesa, os substantivos e adjetivos podem sofrer flexão em:

- a) Número, gênero e grau.
- b) Pessoa e número.
- c) Tempo e modo.
- d) Pessoa, número e grau.
- e) Nenhuma das anteriores.

### AS QUESTÕES DE 05 A 07 REFEREM-SE A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO RN

05. Com uma produção atual ao redor de 15 mil toneladas, o estado – que no passado liderava a produção nacional - amargou anos de descaso e preconceito por parte das autoridades. Até a aprovação, em julho de 2015, da Lei Cortez Pereira, que dispõe sobre o desenvolvimento sustentável da produção de camarão. A partir disso, o estado passou a contar com o apoio que precisava para enfrentar problemas globais da produção do camarão, como a mancha branca, a doença mais devastadora do cultivo desse crustáceo no mundo. O resultado foi que, na gangorra entre Rio Grande do Norte e o Ceará pela liderança da produção nacional - a balança voltou a pender para o RN, que pelo terceiro ano consecutivo vai sediar a Feira Nacional do Camarão, que acontece em dezembro, atraindo a atenção de produtores nacionais e internacionais. (<https://agorarn.com.br/economia/>)

A que atividade econômica o texto se refere?

- a) Carcinicultura
- b) Agricultura
- c) Crustaceocultura
- d) Maricultura
- e) Apicultura

06. Marque as alternativas CORRETAS e posteriormente faça a devida correspondência.

I. Com a vitória das forças políticas conservadoras, apoiadas pelas principais lideranças aqui no estado, Dinarte Mariz e Aluísio Alves ficaram como chefes do movimento militar de 31 de março. O rompimento no final da década de 1950 colocou-os em lados opostos, mas a reforma partidária de 1965 aproximou Dinarte e Aluísio que, juntos, ingressaram na ARENA, deixando o MDB com as lideranças menos significativas do estado.

II. Em 1965, Aluísio Alves apoiou Walfredo Gurgel para o governo do estado contra Dinarte Mariz. A vitória de Walfredo Gurgel impediu que o estado fosse governado, pela segunda vez, por Dinarte, confirmando “a supremacia política da família Alves” e, ao mesmo tempo, contribuindo para o aumento do radicalismo político.

III. Aproveitando-se da decretação do AI-5 e de sua convivência próxima com o presidente Costa e Silva, Dinarte Mariz conseguiu, em 1969, a cassação de Aluísio Alves, tornando-se a mais forte (e praticamente a única) liderança política de expressão no Rio Grande do Norte. No entanto, a cassação de Aluísio Alves e o posterior ingresso dos seus aliados no MDB fizeram a ARENA perder musculatura política.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) As alternativas I, II e III
- e) As alternativas I e II

07. Segundo a nova divisão do IBGE, em vigor desde o ano de 2017, o Rio Grande do Norte e seus municípios estão agrupados em onze regiões geográficas imediatas, das quais estão inseridas três regiões intermediárias. Sobre as regiões intermediárias e suas respectivas regiões imediatas faça a devida correspondência:

I. Região intermediária de Natal: é composta pelas regiões imediatas de João Câmara, Canguaretama, Natal, Santo Antônio-Passa e Fica-Nova Cruz, Santa Cruz e São Paulo de Potengi;

II. Região intermediária de Mossoró: é formada pelas regiões de Mossoró, Pau dos Ferros e Assu;

III. Região intermediária de Caicó: constituída pelas imediatas Caicó e Currais Novos.

Estão CORRETAS:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I, II e III

### **AS QUESTÕES DE 08 A 10 REFEREM-SE A NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA**

08. Com relação aos menus e comandos do Libre Office Writer, assinale a opção INCORRETA:

- a) O menu janela possui o comando Nova Janela.
- b) O menu formatar possui o comando Tabulação.
- c) O menu editar possui o comando Colar.
- d) O menu inserir possui o comando Caractere Especial.
- e) O menu exibir possui o comando Marcas de Formatação.

09. Um sistema operacional é caracterizado como:

- a) Um programa utilitário que tem como função o gerenciamento de arquivos e programas armazenados.
- b) Um programa de sistema que tem como função o gerenciamento do hardware e do software da máquina, embora não forneça uma interface para usuários e programas aplicativos.
- c) Um programa de sistema responsável pela gerência de dados armazenados, fornecendo operações matemáticas sobre os dados e funções de totalizações.
- d) Um programa utilitário responsável pela operação dos recursos da máquina, fornecendo uma interface amigável de edição e de manipulação de documentos.
- e) Um programa de sistema responsável pela interface de operação do sistema, implementando a tradução dos comandos de operação, via janelas e ícones, para comandos em baixo nível.

10. Num monitor de computador sob o controle do Microsoft Windows, a resolução de tela mais alta:

- a) Não afeta os tamanhos, somente a qualidade da imagem.
- b) Reduz o tamanho dos itens e aumenta o tamanho da área de trabalho.
- c) Aumenta o tamanho dos itens e reduz o tamanho da área de trabalho.
- d) Aumenta os tamanhos dos itens e da área de trabalho.
- e) Reduz o tamanho dos itens e da área de trabalho.

#### **AS QUESTÕES DE 11 A 40 REFEREM-SE AOS CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

11. É o remédio constitucional adequado para combater a ausência de norma regulamentadora, a qual torna inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania:

- a) Mandado de segurança;
- b) Ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- c) Reclamação constitucional;
- d) Mandado de injunção;
- e) Ação popular.

12. Marque a alternativa que se refere à delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pela Administração Pública à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco:

- a) Autorização;
- b) Permissão;
- c) Concessão;
- d) Avocação;
- e) Retrocessão.

13. Quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre o defeito do negócio jurídico denominado:

- a) Erro.
- b) Dolo.
- c) Lesão.
- d) Estado de perigo.
- e) Coação.

14. Marque a alternativa INCORRETA no que se refere à competência legislativa concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 24 da CF/88):
- a) Dentre outras matérias, a competência legislativa concorrente abrange os seguintes temas: orçamento, produção e consumo, procedimentos em matéria processual e previdência social;
  - b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;
  - c) Salvo previsão em contrário, competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados;
  - d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário;
  - e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
15. Na forma do art. 127 da CF/88, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para garantir o pleno exercício das funções do membro do MP, a CF/88 apresenta algumas vedações. Marque a alternativa que não representa vedação ao Membro do MP, estabelecida pelo texto constitucional:
- a) O exercício da advocacia;
  - b) Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, sem exceções;
  - c) Participar de sociedade comercial, na forma da lei;
  - d) Exercer atividade político-partidária;
  - e) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
16. Acerca das disposições gerais da Lei 8.429 de 2 de junho de 1992 (lei de Improbidade Administrativa), marque a alternativa INCORRETA:
- a) Para a referida lei, reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior;
  - b) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio;
  - c) Diante da necessidade da proteção da moralidade e do patrimônio público, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações independentemente do limite do valor da herança;
  - d) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado;
  - e) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
17. São considerados bens móveis para efeitos legais nos termos do Código Civil:
- a) Direitos reais sobre imóveis
  - b) Edificações separadas do solo conservando sua unidade
  - c) Solo e incorporações artificiais
  - d) Energias que tenham valor econômico
  - e) Ações reais imobiliárias

18. Marque a alternativa INCORRETA no que se refere as entidades da Administração Indireta:

- a) A criação de autarquia se dá por meio de lei específica, não sendo necessário nenhum ato posterior para configurar a sua existência;
- b) A criação de Fundação Pública deve ser precedida de lei autorizadora, sendo necessária lei complementar para definir a sua área de atuação;
- c) Tanto a Empresa Pública como a Sociedade de Economia Mista possuem personalidade jurídica de direito privado, sendo que a primeira poderá ser constituída sob qualquer espécie de configuração societária, enquanto a segunda somente como sociedade anônima;
- d) A competência para julgar causas que versem sobre interesses exclusivos de empresas públicas e sociedades de economia mista da União será da Justiça Federal, na forma do art. 109, I, da CF/88;
- e) Os territórios federais, de acordo com a doutrina majoritária, não integram a estrutura da Federação, ao lado dos Estados, DF, Municípios e União, configurando-se como espécies autarquias federais.

19. De acordo com a Resolução nº 42 de 16 de junho de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, na forma do art. 7º, são requisitos para a concessão dos estágios, EXCETO:

- a) Experiência de 01 ano de estágio anterior, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, comprovada mediante a apresentação de declaração emitida pelo setor responsável;
- b) Matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial, devidamente atestados pela Instituição de Ensino conveniada;
- c) Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas pelo estagiário no Ministério Público e a área de formação do estudante;
- d) Celebração de Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Ministério Público, a Instituição de Ensino conveniada e o educando, ou com seu representante ou assistente legal;
- e) Idade Mínima de 18 (dezoito) anos no momento da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio.

20. Acerca do tempo do crime, marque a alternativa CORRETA:

- a) O Brasil adota a teoria híbrida em relação aos crimes comissivos e a teoria do resultado em relação aos crimes omissivos, isto é, no que concerne aos primeiros, considera-se praticado o crime no momento da prática do ato comissivo. Já na hipótese da omissão, o crime considera-se praticados somente após o resultado danoso decorrente do ato omissivo;
- b) O Brasil adota a teoria híbrida em relação aos crimes omissivos e a teoria do resultado em relação aos crimes comissivos, isto é, no que concerne aos primeiros, considera-se praticado o crime no momento da omissão. Já na hipótese do ato comissivo, o crime considera-se praticados somente após o resultado danoso decorrente da ação;
- c) O Brasil adota a teoria do resultado, seja o crime omissivo ou comissivo, pois considera-se o crime praticado no momento do resultado;
- d) O Brasil adota a teoria da atividade, pois considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado;
- e) O Brasil adota a teoria híbrida, pois considera-se o crime praticado no momento da ação ou omissão, ou no momento do resultado, o que for mais benéfico para o réu para fins de prescrição da pretensão punitiva.

21. Acerca da aplicação da Lei Penal, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar;
- b) A pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou a atenua, quando idênticas;
- c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro;
- d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado;
- e) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

22. Acerca da ação rescisória, marque a alternativa que não configura uma das suas hipóteses:

- a) Quando a decisão de mérito transitada em julgado violar manifestamente norma jurídica;
- b) Quando a decisão de mérito transitada em julgado for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;
- c) Quando a decisão de mérito transitada em julgado resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;
- d) Quando a decisão de mérito transitada em julgado ofender, na compreensão da parte, os bons costumes, os princípios gerais do Direito e a justeza que todas as manifestações judiciais devem possuir;
- e) Quando a decisão de mérito transitada em julgado for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

23. São garantias que integram o procedimento do Tribunal do Júri, EXCETO:

- a) A utilização de provas obtidas por meio ilícitos, inclusive para o benefício da defesa;
- b) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;
- c) O sigilo das votações;
- d) A plenitude de defesa;
- e) A soberania dos veredictos.

24. É o poder da Administração Pública de restringir o gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício e no interesse público, concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão e autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. O enunciado está conceituando qual Poder da Administração Pública?

- a) Poder Regulamentar;
- b) Poder Vinculado;
- c) Poder Discricionário;
- d) Poder Hierárquico;
- e) Poder de Polícia.

25. Com base no Código Civil, a respeito dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- b) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- c) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- d) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- e) A validade do negócio jurídico independe da capacidade do agente.

26. Acerca da ação penal, marque a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a depender do caso, também poderá ser processado mediante ação penal privada;
- b) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, ocasião em que o Ministério Público perderá a titularidade da ação penal, não podendo aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva;
- c) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade;
- d) A renúncia ao exercício do direito de queixa poderá ocorrer em relação a um dos autores do crime, ocasião em que somente este será beneficiado;
- e) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, não podendo haver recusa por parte do beneficiado.

27. Marque a alternativa INCORRETA no que concerne a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, princípios gerais de direito e equidade;
- b) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem;
- c) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça;
- d) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei, em regra, do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens;
- e) A LINDB estabelece, como regra geral, não dispondo a lei em contrário, o *vacatio legis* de 45 (quarenta e cinco) dias, no Brasil, e de 03 (três) meses, nos Estados Estrangeiros, para a vigência da lei, após a sua publicação oficial.

28. Sobre os crimes contra o patrimônio, marque a alternativa CORRETA:

- a) O furto de energia elétrica é atípico por não consistir em coisa móvel.
- b) Se o agente logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa, a fim de assegurar a impunidade do crime, incorre na mesma pena do roubo.
- c) A ameaça exercida com simulacro de arma de fogo é incapaz de configurar o crime de roubo.
- d) Se durante a prática do roubo o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade, o crime é o de latrocínio.
- e) Por falta de previsão legal, o princípio da insignificância é incabível no crime de furto.



29. Acerca dos Direitos da Personalidade dispostos no Código Civil, marque a alternativa INCORRETA:
- a) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto nos casos em que a publicação não possua intenção difamatória;
  - b) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome;
  - c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica;
  - d) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária;
  - e) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
30. Compete ao Juizado Especial Criminal processar e julgar os feitos relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo as contravenções e os crimes a que a lei comine pena máxima NÃO superior a:
- a) Três anos, cumulada ou não com multa.
  - b) Dois anos, cumulada ou não com multa.
  - c) Dois anos, desde que não cumulada com multa.
  - d) Um ano, desde que não cumulada com multa.
  - e) Dois anos e seis meses, cumulada ou não com multa.
31. No que diz respeito ao concurso de pessoas e às expressas regras do CP (arts. 29 a 31), marque a alternativa CORRETA:
- a) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
  - b) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua punibilidade.
  - c) Aplica-se a mesma pena a todos os coautores, ainda que a participação seja de menor importância.
  - d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua voluntariedade.
  - e) Mesmo que o crime sequer seja tentado, o ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre são puníveis.
32. Acerca do inquérito policial, marque a alternativa CORRETA:
- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado, a juízo da autoridade policial, considerando o interesse público;
  - b) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela;
  - c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Membro do Ministério Público responsável;
  - d) Nos crimes de ação pública o inquérito policial poderá ser iniciado por requisição do magistrado criminal;
  - e) A *notitia criminis* anônima, em nenhuma hipótese, poderá justificar a instauração de inquérito policial.

33. Marque a alternativa que representa órgão não integrante da estrutura do Poder Judiciário Nacional:
- a) Tribunal Regional Federal da 5ª Região;
  - b) Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;
  - c) 1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Natal;
  - d) Conselho Nacional de Justiça;
  - e) Supremo Tribunal Federal.
34. O impedimento e a suspeição são elementos que integram a imparcialidade dos atores processuais que possuem este dever, como o Juiz e o membro do Ministério Público. Acerca de tais institutos, marque a hipótese que não configura impedimento em relação ao juiz da causa, nos moldes do Código de Processo Civil:
- a) O fato do juiz ser amigo íntimo do advogado de uma das partes;
  - b) O fato do juiz ser sócio de empresa que figura em um dos polos da demanda a ele distribuída;
  - c) O fato do juiz ser cônjuge do(a) advogado(a) de uma das partes do processo;
  - d) Quando uma das partes for instituição de ensino na qual o juiz possua vínculo de emprego ou contrato de prestação de serviços;
  - e) Quando uma das partes for cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge.
35. O Código de Processo Civil, em seu art. 12, estabelece a necessidade de seguir a ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, sendo esta a regra geral, contudo, comportando exceções. Configuram exceções a esta regra, EXCETO:
- a) Julgamento de embargos de declaração;
  - b) As sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;
  - c) Os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal;
  - d) O julgamento de agravo interno;
  - e) Todas as sentenças proferidas seguindo o procedimento dos Juizados Especiais Federais ou acórdãos da respectiva Turma Recursal (Lei 9.099/95).
36. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro de ocorrência, deverá a autoridade policial:
- a) Ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e decretar as medidas protetivas cabíveis ao caso.
  - b) Ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência, tomar por termo sua representação, quando necessária, e, se requerida a concessão de alguma medida protetiva urgente, encaminhar o expediente a juízo, em autos apartados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
  - c) Ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência, tomar por termo sua representação, quando necessária, e, se requerida a concessão de alguma medida protetiva de urgência, ouvir as testemunhas e encaminhar a ofendida para realização de exame de corpo de delito para, posteriormente, formar o expediente a ser remetido a juízo.
  - d) Ouvir a ofendida, encaminhá-la para realização de exame de corpo de delito, ouvir a parte acusada e testemunhas, colher as demais provas e, findo o inquérito policial, encaminhá-lo a juízo, independentemente de pedido de concessão de alguma medida protetiva.
  - e) Ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência, tomar por termo sua representação, independentemente do delito, e, se requerida a concessão de alguma medida protetiva de urgência, encaminhar imediatamente o expediente a juízo.

37. Acerca das normas relativas às competências, dispostas no Código de Processo Civil, marque a alternativa CORRETA:
- a) Tanto a incompetência relativa, como a incompetência absoluta deverão ser arguidas em preliminar da contestação, ainda que ambas possam ser reconhecidas a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, uma vez que representam questões de ordem pública;
  - b) A prorrogação de competência ocorre quando um juízo remete o processo para outro juízo sob o fundamento de prevenção;
  - c) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão ou pela continência;
  - d) É hipótese de relativização da *perpetuatio jurisdictionis* a modificação do juiz do juízo, devendo o processo seguir a pessoa do juiz ao qual foi distribuído, ainda que ele seja alocado em outro juízo;
  - e) Prorrogar-se-á a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
38. A requerimento da parte, o juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela judicial pretendida. Assinale a alternativa CORRETA.
- a) O autor da ação não responde pelos danos sofridos pela parte contrária decorrentes da antecipação de tutela que não for confirmada em sentença.
  - b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, não podendo ser revogada ou modificada, salvo no caso de interposição de recurso.
  - c) Ainda que requerida em caráter incidental, a tutela provisória depende do pagamento de custas.
  - d) É possível a antecipação da tutela em sede de recurso, desde que presentes os requisitos legais.
  - e) Concedida a tutela provisória em caráter antecedente, ela se tornará estável independentemente da interposição de recurso.
39. De acordo com o Código Penal, há homicídio qualificado quando for cometido:
- a) Por grupo de extermínio.
  - b) Para assegurar a impunidade de outro crime.
  - c) Estando o ofendido sob a imediata proteção da autoridade.
  - d) Contra pessoa menor de quatorze ou maior de sessenta anos.
  - e) Por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança.
40. A respeito da Lei no 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), assinale a alternativa CORRETA.
- a) Quem impede ou embaraça a investigação de infração que envolve organização criminosa está sujeito a punição idêntica à de quem integra organização criminosa.
  - b) Havendo indício de que o funcionário público integra organização criminosa, o Juiz poderá determinar o afastamento cautelar do cargo, com suspensão da remuneração.
  - c) Quem exerce o comando da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente nenhum ato de execução, está sujeito a punição idêntica à de quem apenas integra organização criminosa.
  - d) A infiltração policial, a ação controlada e a captação ambiental são meios de prova permitidos apenas na fase investigativa.
  - e) A colaboração premiada é admitida apenas até a sentença.